



**COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

Rodrigo Leite de Souza

**DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E SUCATEAMENTO CULTURAL:
O CASO DAS LONAS CULTURAIS NA ZONA OESTE DO RIO DE
JANEIRO**

**Rio de Janeiro
2026**

Rodrigo Leite de Souza

**DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E SUCATEAMENTO CULTURAL:
O CASO DAS LONAS CULTURAIS NA ZONA OESTE DO RIO DE
JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II, como requisito parcial para graduar-se em licenciatura em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Igor Pouchain Matela

Rio de Janeiro

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada por Suria Braga Alves (CRB7
nº6490),
bibliotecária do Colégio Pedro II, Campus Realengo II.

S729d

Souza, Rodrigo Leite de

Desigualdade socioespacial e sucateamento cultural: o caso das Lonas Culturais na Zona Oeste do Rio de Janeiro. / Rodrigo Leite de Souza – Rio de Janeiro: [s.n.], 2026.

24 p.

Orientador: Prof. Dr. Igor Pouchain Matela.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Colégio Pedro II, Curso de Licenciatura em Geografia.

1. Política cultural. 2. Planejamento urbano – Aspectos sociais - Rio de Janeiro (RJ). 3. Segregação urbana. I. Matela, Igor Pouchain (Orientador). II. Colégio Pedro. III Licenciatura em Geografia. IV. Título

CDD 981.53

Rodrigo Leite de Souza

**DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E SUCATEAMENTO CULTURAL:
O CASO DAS LONAS CULTURAIS NA ZONA OESTE DO RIO DE
JANEIRO**

**Trabalho de Conclusão de Curso em
formato de artigo científico apresentado
ao Curso de Licenciatura em Geografia do
Colégio Pedro II, como requisito parcial
para graduar-se em licenciatura em
Geografia.**

Aprovado em: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Dr. Igor Pouchain Matela
Colégio Pedro II

Dra. Taiany Braga Marfetan
Colégio Pedro II

Dr. Nelson Diniz de Carvalho Filho
Colégio Pedro II

Rio de Janeiro
2026

RESUMO

Este trabalho analisa como a desigualdade socioespacial influencia o acesso à cultura na Zona Oeste do Rio de Janeiro, com foco nas Lonas Culturais. A pesquisa aborda o histórico, objetivos e esvaziamento desses equipamentos, bem como até que ponto o Estado é responsável por seu sucateamento. A partir de dados orçamentários, mapas e bibliografia especializada, demonstra-se a centralização dos investimentos culturais e os impactos da precarização das lonas para a população periférica. Também são examinadas as falhas de gestão e os recentes processos de revitalização das Lonas, agora transformadas em Areninhas. O estudo reforça a importância de políticas públicas eficazes para garantir o direito à cultura em regiões historicamente negligenciadas.

Palavras chave: Desigualdade socioespacial; Políticas culturais; Lonas Culturais; Zona Oeste do Rio de Janeiro; Direito à cidade.

ABSTRACT

This study analyzes how socio-spatial inequality influences access to culture in the West Zone of Rio de Janeiro, focusing on the Cultural Tents (“Lonas Culturais”). The research addresses the history, objectives, and decline of these cultural facilities, as well as the extent to which the State is responsible for their deterioration. Based on budgetary data, maps, and specialized literature, the study demonstrates the centralization of cultural investments and the impacts of the precarious conditions of these spaces on peripheral populations. It also examines management failures and recent revitalization processes, in which the Cultural Tents have been transformed into “Areninhas.” The study highlights the importance of effective public policies to ensure the right to culture in historically neglected regions.

Keywords: Socio-spatial inequality; Cultural policies; Cultural Tents; West Zone of Rio de Janeiro; Right to the city.

1-INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro é um estado reconhecido por sua diversidade e riqueza cultural, indissociável da experiência que a cidade oferece aos brasileiros e ao mundo. Conhecida como Cidade Maravilhosa por suas manifestações culturais e história, é um dos principais polos culturais do Brasil. Contudo, apesar dessa diversidade, a cidade enfrenta grandes desafios, entre eles a desigualdade socioespacial e a concentração das oportunidades culturais, que fazem com que nem todas as regiões tenham o mesmo acesso aos bens culturais.

A desigualdade socioespacial é uma realidade amplamente reconhecida, tanto no Brasil quanto em outros países capitalistas. Esta desigualdade é caracterizada pelo modelo centro-periferia, onde há uma concentração de bens, capital, empregos e cultura em determinadas áreas da cidade, enquanto outras permanecem com menor acesso a esses recursos. No entanto, no caso do Rio de Janeiro, essa dinâmica não se restringe apenas ao Centro tradicional, mas envolve diferentes centralidades urbanas. Ou seja, a segregação socioespacial resulta na separação de grupos sociais distintos em diferentes áreas urbanas, refletindo e reforçando desigualdades socioeconômicas (CORRÊA, 1989).

Historicamente, o processo de urbanização das metrópoles brasileiras foi marcado por uma ocupação desigual do espaço. Segundo Ribeiro e Ribeiro (2021), entre 1930 e 1980, o Brasil passou por um intenso processo de urbanização impulsionado pela industrialização baseada na substituição de importações. Esse fenômeno foi marcado por migrações campo-cidade e inter-regionais, concentrando a população em grandes centros urbanos, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, que se tornaram metrópoles de grande relevância econômica e populacional. A rápida chegada de grandes massas populacionais a esses centros urbanos gerou uma demanda por empregos superior à capacidade do mercado formal. Assim, muitas pessoas foram forçadas a buscar sobrevivência no setor informal, frequentemente em condições precárias.

Essa desigualdade também se expressa no espaço urbano: enquanto as áreas centrais das metrópoles concentram empregos, infraestrutura e grupos sociais mais privilegiados, as periferias caracterizam-se pela escassez de serviços básicos, pela distância em relação aos polos de emprego e pela predominância das classes sociais menos favorecidas. Esse padrão territorial é amplamente reconhecido como a organização centro-periferia. Nesse sentido, Luz e Bassan (2021, p. 8) destacam que a urbanização capitalista tende a promover a concentração e a reconfiguração contínua das áreas centrais, mobilizando agentes sociais interessados na maximização dos lucros do capital. Esse processo resulta na reabilitação e renovação dos imóveis e, conseqüentemente, processos de valorização urbana que podem levar à gentrificação em determinadas áreas da cidade do Rio de Janeiro, como a Região Portuária, Zona Sul e partes do Centro e Zona Sudoeste, caracterizada pela substituição progressiva de populações de menor renda por grupos de maior poder aquisitivo.

Embora tenham ocorrido mudanças nas últimas décadas, o modelo centro-periferia ainda predomina como estrutura socioespacial, especialmente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Estudos como os de Rodrigues (2007) e Ribeiro e Ribeiro (2021) indicam que as desigualdades socioespaciais se manifestam nas condições materiais e nas oportunidades

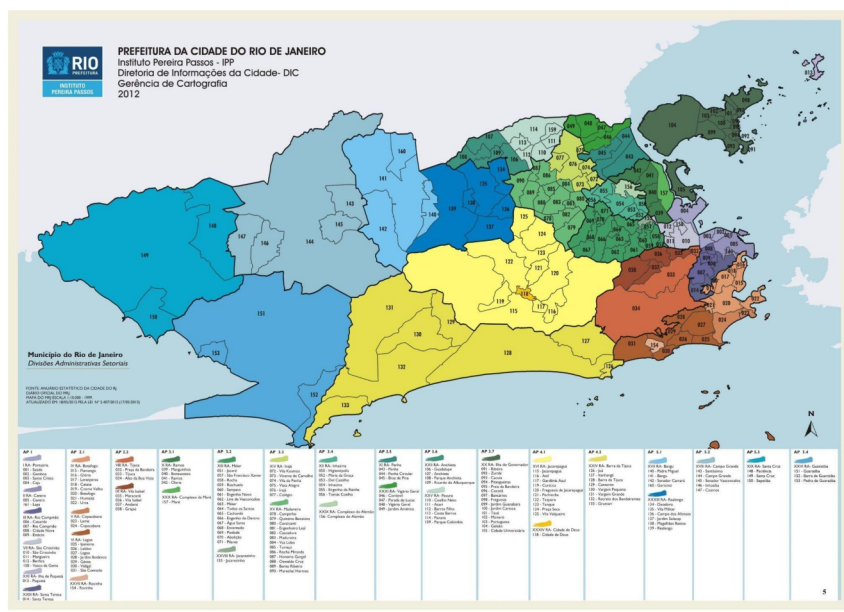
disponíveis nos diferentes territórios. Enquanto áreas centrais concentram investimentos e oportunidades, as periferias enfrentam dificuldades como deslocamento, precariedade de serviços, exclusão social e menor acesso a equipamentos culturais. Essas barreiras fazem com que o acesso ao que a cidade oferece seja desigual, favorecendo as classes de maior renda. Nesse sentido, Rodrigues (2007) afirma que a luta pelo direito à cidade é fundamental para transformar o espaço segregado em um ambiente mais inclusivo: “A luta pelo direito à cidade é um germe da utopia para a conquista do reconhecimento de que os que produzem a cidade querem dela também usufruir” (p. 84). Essa perspectiva reforça a necessidade de políticas públicas que ampliem o acesso à cultura e valorizem as periferias.

Portanto, a dinâmica centro-periferia não é apenas um reflexo de desigualdades econômicas, mas também o resultado de dinâmicas políticas e sociais que priorizam determinadas regiões em detrimento de outras. Ao observarmos o território do Rio de Janeiro, é possível notar que, apesar do destaque como um dos principais pólos culturais do Brasil, as oportunidades artísticas e os investimentos públicos em atividades culturais estão concentrados principalmente em centralidades, como a Zona Sul e o Centro.

Portanto, a partir deste quadro de desigualdade do acesso gratuito e de qualidade a cultura, as Lonas Culturais foram criadas a partir da Eco-92 e concebidas como um projeto de democratização do acesso à cultura, de inclusão social e obviamente de descentralização da produção artística da cidade. Conforme destaca o Instituto Pereira Passos, "o projeto Lonas Culturais foi desenvolvido [...] como política de governo voltada para a transformação e inclusão social" (Rio de Janeiro, 2005, p.1). Apesar de sua relevância inicial, muitas dessas estruturas enfrentaram nos últimos anos um processo de esvaziamento e sucateamento, comprometendo seu impacto e a função social para as quais foram criadas.

O projeto Lona Cultural, foco desta pesquisa, foi criado exatamente para combater esta desigualdade. Para analisar a falta de acesso à cultura nas áreas historicamente marginalizadas da cidade, com ênfase na Zona Oeste, além das Lonas Culturais, serão abordados outros equipamentos culturais sob gestão da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. A pesquisa busca identificar os impactos desse projeto no combate à segregação socioespacial e cultural, além de analisar se o projeto das Lonas Culturais foi capaz de resolver ou ao menos diminuir a carência cultural da população, ou seja, o objetivo inicial do projeto, como foi implementado e a realidade atual do projeto.

Mapa 1: Lista de bairros e áreas de planejamento (AP'S)



Fonte: Instituto Pereira Passos (IPP), Prefeitura do Rio (2012)

Este trabalho tem como foco a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, considerando o novo zoneamento urbano oficializado em 9 de setembro de 2025, que instituiu a Zona Sudoeste. Alguns dados e análises apresentados podem aparentar defasagem temporal; contudo, isso se explica pelo caráter recente dessa redefinição territorial. Quando comparadas, a Zona Oeste e a Zona Sudoeste apresentam padrões semelhantes de carência de equipamentos culturais, no que se refere aos aparatos “Públicos”; no geral, a AP4 apresenta maior acesso à cultura, evidenciando a permanência das desigualdades no acesso à cultura. Cabe destacar que a atual Zona Sudoeste corresponde atualmente à Área de Planejamento 4 (AP4), historicamente integrada à Zona Oeste, a qual, segundo dados do IBGE (2022), correspondia a mais de 70% do território da cidade e a cerca de 47% de sua população.

Dessa forma, a escassez de equipamentos culturais observada nesse território decorre das políticas culturais implementadas quando ainda fazia parte da Zona Oeste, sendo ainda prematuro afirmar se o novo zoneamento urbano será capaz de alterar, no curto prazo, essa realidade estrutural. Dito isso, o foco analítico da pesquisa recai sobre a Área de Planejamento 5 (AP5=Zona Oeste), concentrando-se nos oito bairros mais afastados do Centro da cidade e da Zona Sul Santa Cruz, Campo Grande, Sepetiba, Guaratiba, Cosmos, Inhoaíba, Paciência e Pedra de Guaratiba, compreendidos como exemplos claros da exclusão cultural resultante da distribuição desigual dos investimentos públicos.

Busca-se também compreender os fatores que contribuem para o esvaziamento das atividades das Lonas Culturais. E por fim analisar o processo de sucateamento que ocorreu

nestes equipamentos e se o Estado tem alguma responsabilidade neste processo, antes da reforma/transformação em areninhas que começou no final do ano de 2022.

Para isso, serão utilizados dados quantitativos, como orçamentos públicos e indicadores culturais, além de revisão bibliográfica sobre temas como desigualdade socioespacial, políticas culturais e gestão pública de espaços culturais. As bases de dados incluem informações da Secretaria Municipal de Cultura, Instituto Pereira Passos, O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outras organizações públicas. Assim, espera-se contribuir para um debate mais amplo sobre a necessidade de democratização da cultura, melhor administração de projetos culturais na Zona Oeste e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à inclusão social e cultural.

2- ACESSO A APARATOS CULTURAIS NO RIO DE JANEIRO

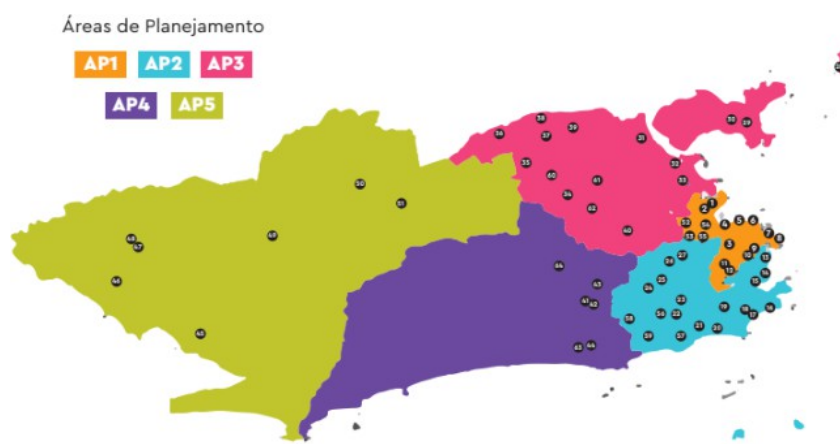
Para esta pesquisa, consideram-se como aparatos culturais os espaços institucionais de produção e difusão cultural, como teatros, centros culturais, bibliotecas, museus e Lonas Culturais. Essa definição não abrange todas as formas de cultura, que também se expressam em práticas cotidianas e iniciativas não institucionalizadas. No Rio de Janeiro, o acesso à cultura e a esses equipamentos ainda é uma questão relevante, especialmente no que diz respeito ao direito à cidade. Segundo Oliveira:

O espaço da cidade é concebido a partir de intencionalidades que podem favorecer determinados grupos sociais, criando desigualdades, contrastes e conflitos. As desigualdades são reproduzidas através do espaço, assim como são desiguais os usos e as apropriações da cultura. (Oliveira, 2004, p.11)

No Rio de Janeiro, a desigualdade no acesso à cultura se expressa em um padrão desigual de investimentos. De acordo com Dantas (2018), o Indicador de Oferta Cultural (IOC) revela que as Áreas de Planejamento 4 (AP4) e 5 (AP5), que juntas compreendiam a Zona Oeste, receberam apenas 14,9% da oferta cultural municipal em 2013, em contraste com as áreas mais centrais, como a AP1 e a AP2, que concentraram mais de 50%.

A disparidade é evidente na distribuição de aparatos culturais. A AP5, por exemplo, apresenta proporção inferior até mesmo a categorias isoladas de outras áreas, como os museus da AP1 (13,26%) e os teatros da AP2 (12,37%). Esse cenário evidencia a concentração nas centralidades urbanas e a menor oferta nas periferias. Assim, “o acesso à cultura no município do Rio de Janeiro está garantido nas regiões onde estão concentradas as camadas da sociedade de maior poder aquisitivo e de consumo” (MIRANDA, 2016, p. 9).

Mapa 2: Distribuição de aparatos culturais administrados pela SMC-RJ na Cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura do RJ (2025)

Conforme aponta Suzano (2023, p.4), "ao realizarmos uma análise mais ampla, veremos que, mesmo uma cidade com tanta oportunidade artística e tamanho investimento público no desejo de transformá-la em um polo culturalmente atrativo, há também áreas que não estão envolvidas neste cenário". E isso pode ser observado no Mapa 2, no qual há uma nítida concentração de aparatos culturais na AP1 e na AP2, zonas Centro e Sul, respectivamente, além de uma boa quantidade na AP3, que corresponde à Zona Norte.

Tabela 1: Aparatos Culturais por Área de Planejamento – SMC-RJ

AP 1	AP 1	AP 2	AP 2	AP 2	AP 3	AP 3	AP 4	AP 5
1 - Museu da Hist. e Cultura Afro-Brasileira	9 - Centro Cultural Municipal Parque das Ruínas	13 - Memorial Municipal Getúlio Vargas	21 - Teatro Domingos Oliveira	57 - Biblioteca Écio Salles	28 - Solar Del Rei	36 - Areninha Carlos Zéfiro	41 - Areninha Jacob do Bandolim	45 - Arena Carioca Abelardo Barbosa Chacrinha
2 - Biblioteca José Bonifácio	10- Teatro Municipal Ruth de Souza	14 - Castelinho do Flamengo	22 - Museu Histórico da Cidade	58 - Teatro Sérgio Portor	29 - Biblioteca Euclides da Cunha	37 - Arena Jovelina Pérola Negra	42 - Biblioteca Cecília Meireles	46 - Ecomu. Quart. Cult. do Matadouro de Santa Cruz
3 - Biblioteca Maria Firmina dos Reis	11- Centro cultural Laurinda Santos Lobo	15 - Teatro de Fantoches Carlos Weneck	23 - Centro da Música Artur da Távola	59 - CineCarioca José Wilker	30 - Areninha Renato Russo	38 - Biblioteca João do Rio	43 - Centro Cultural Prof(a) Dyla Sylvia de Sá	47 - Sala de Leitura Moacyr Teixeira
4 - Centro de Artes Calouste Gulbenkian	12- Biblioteca José de Alencar	16 - Biblioteca Machado de Assis	24 - Centro Coreográfico		31 - Arena Dieró	39 - Areninha João Bosco	44 - Cidade das Artes	48 - Areninha Sandra de Sá
5 - Teatro Municipal Gonzaguinha	52 - Biblioteca Municipal Anita Porto Martins	17 - Sala de Leitura Alfredo Machado	25 - Teatro Guignol da Tijuca		32 - Biblioteca Jorge Amado	40 - Teatro Guignol do Méier	63 - Biblioteca Ziraldo	49 - Biblioteca Manuel Ignácio de Alvarenga
6 - Teatro Carlos Gomes	53 - Centro Mun. Hélio Oiticica	18 - Sala Baden Powell	26 - Teatro Ziembinski		33 - Areninha Herbert Vianna	61 - Casa do Jongu	64 - Biblioteca Milton Santos	50 - Areninha Hermeto Pascoal
7 - Museu de Arte do Rio	54 - Cine Santa Teresa	19 - Teatro Café Pequeno	27 - Biblioteca Marques Rebelo		34 - Arena Fernando Torres	62 - CineCarioca Nova Brasília		51 - Areninha Gilberto Gil
8 - Museu do Amanhã	55 - Teatro Correios Léa Garcia	20 - Teatro Ipanema - Rubens Corrêa	56 - Biblioteca Lúcio Rangel		35 - Areninha Terra	62 - CineCarioca Nova Brasília		

Fonte: Confecção própria, com base em dados da Secretaria Municipal de Cultura do RJ 2025

Outro aspecto observado no Mapa 2 é que grande parte dos aparatos culturais da Zona Oeste está associada ao projeto das Lonas Culturais, atualmente Areninhas Cariocas. Dos sete (oito com o Teatro de Arena Elza Osborne) equipamentos identificados na AP5, ao menos seis existem em função desse projeto. Destacam-se a Sala de Leitura Moacyr Teixeira, na Areninha Sandra de Sá, e o Teatro de Arena Elza Osborne, que não consta oficialmente no mapa da SMC-RJ. Isso indica que, sem essa política, a oferta cultural na região seria ainda mais limitada.

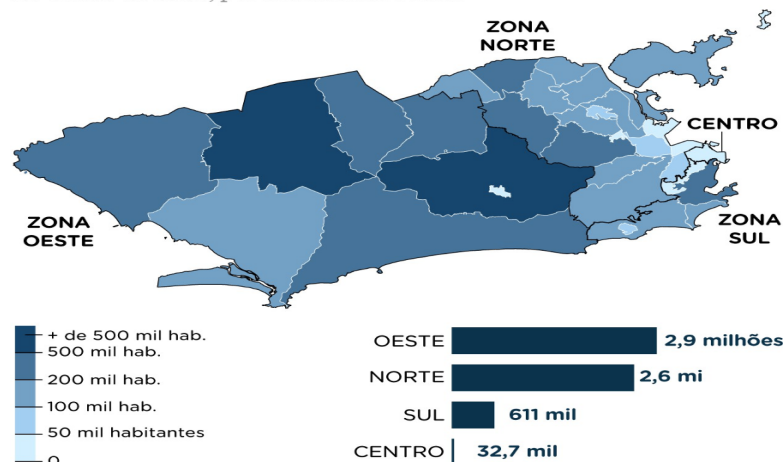
Na Zona Sudoeste (AP4), os aparatos culturais estão ligados a políticas implementadas quando o território ainda integrava a antiga Zona Oeste. Mesmo entre as Areninhas, há apenas um equipamento, a Areninha Jacob do Bandolim, que enfrentou problemas orçamentários, evidenciando diferenças no tratamento dos territórios.

Essa desigualdade relaciona-se ao direito de acesso à cultura, garantido pelo artigo 215 da Constituição de 1988, mas que não se manifesta de forma homogênea no território carioca. Embora historicamente vinculada à Zona Oeste, a AP4 apresenta melhores indicadores socioeconômicos e maior concentração de investimentos que a AP5, resultando em condições mais favoráveis de acesso à cultura. Assim, a oferta de equipamentos culturais permanece concentrada nas áreas centrais (AP1 e AP2), com exceções como Barra da Tijuca e Jacarepaguá, enquanto a AP5 apresenta menor densidade, reforçando a desigualdade socioespacial.

Mapa 3: População da Cidade do Rio de Janeiro

População da cidade do Rio de Janeiro

No Censo de 2022, por subdistrito e zona



Fonte: Nexo Jornal (2024), com base no Censo IBGE (2022)

Como pode ser observado no Mapa 3, o território correspondente à antiga Zona Oeste

apresenta dimensão territorial expressiva. Segundo dados do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, essa área reunia aproximadamente 2.946.950 habitantes, o que corresponde a cerca de 47,4% da população do município do Rio de Janeiro, além de ocupar aproximadamente 71,8% da área total da cidade. Trata-se, portanto, do maior recorte territorial e demográfico do município.

Mapa 4: O novo zoneamento da cidade



Fonte: G1. Zona Sudoeste do Rio: entenda o que muda com a nova delimitação (2025)

Com a redefinição do zoneamento urbano, que separou a Zona Oeste (AP5) da Zona Sudoeste (AP4), observa-se que a AP5 concentra cerca de 1.840.343 habitantes (29,6% da população municipal) e aproximadamente 48% a 50% do território da cidade. Já a AP4 reúne cerca de 1.106.607 habitantes (17,8%) e ocupa entre 22% e 24% da área municipal. Na antiga Zona Oeste, a AP5 concentrava cerca de 62,4% da população, enquanto a AP4 reunia aproximadamente 37,6%. Esses dados evidenciam o peso demográfico e territorial dessas áreas e reforçam a necessidade de que as políticas públicas, especialmente as culturais, estejam alinhadas à sua magnitude, sob pena de perpetuar desigualdades no acesso à cultura.

Tabela 2: Número total dos aparatos por Zona e AP'S

AP'S	Total de aparatos culturais por AP administrados pela SMC-RJ	Zona	Porcentagem dos aparatos por zona
AP1	16	Central	25,00%
AP2	19	Sul	29,69%
AP3	16	Norte	25,00%
AP4	6	Sudoeste	9,38%
AP5	7	Oeste	10,94%
Total:	64	Todas	100%

Fonte: Confecção própria a partir de dados retirados da SMC-RJ 2025

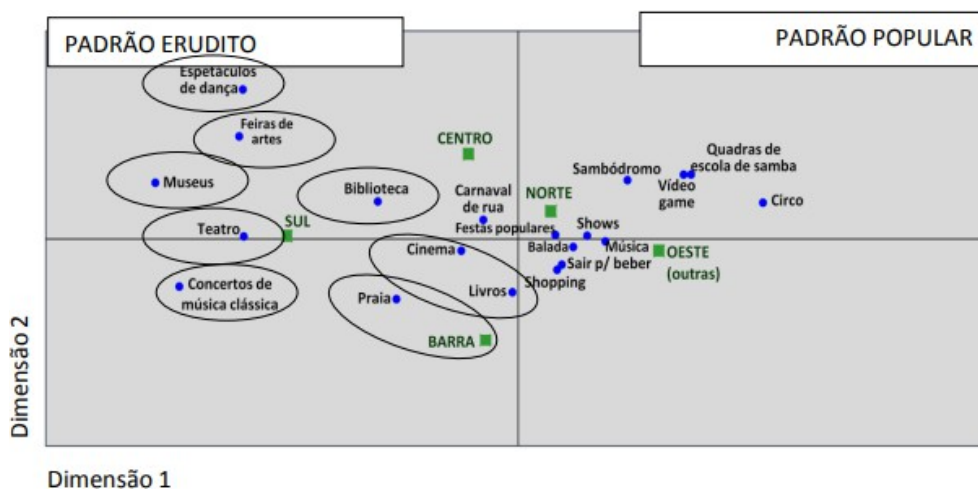
Pode-se observar, a partir dos mapas, tabelas e demais dados apresentados, como a produção espacial da cidade se estrutura de forma profundamente desigual, aspecto que vem sendo evidenciado desde o início deste trabalho. Com base nos dados de Dantas (2018), a oferta cultural municipal destinada à antiga Zona Oeste (AP4 + AP5) correspondia a 14,9%

do total em 2013. Ao atualizar os dados para 2024, conforme demonstrado na Tabela 2, verifica-se que esse percentual passou para 20,32%, representando um crescimento aproximado de apenas 5,42% ao longo de 11 anos. Trata-se de um aumento pouco expressivo, sobretudo quando considerado o peso demográfico e territorial historicamente ocupado por essa região.

Além disso, conforme evidenciado no Mapa 2, os equipamentos culturais atribuídos à AP4 encontram-se majoritariamente concentrados nas áreas limítrofes com o Centro e a Zona Sul, o que relativiza o alcance efetivo dos 9,38% da oferta cultural destinados à região, uma vez que não contemplam de maneira equitativa os bairros mais afastados. O Mapa 2 reforça essa leitura ao revelar uma extensa faixa territorial entre a AP4 e a AP5 praticamente desprovida de equipamentos culturais, evidenciando um vazio institucional significativo. Já a AP5, embora apresente distribuição territorial mais ampla, ainda dispõe de número insuficiente de equipamentos culturais públicos diante da expressiva população que concentra, o que mantém o quadro estrutural de desigualdade no acesso à cultura no município.

Dito isto, se o morador da área periférica tem pouco acesso a equipamentos culturais pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, ou de qualidade próximo a suas moradias, o que ele consome em seu tempo livre?

Imagem 1: Hábito de realizar as atividades x Zona



Fonte: Datafolha, Hábitos culturais dos cariocas (2013)

Como pode ser observado no gráfico acima, os moradores da Zona Oeste possuem um “interesse” em atividades mais populares, como balada, sair para beber e shopping. Porém, surge a pergunta: é apenas interesse nessas atividades ou são as únicas opções de cultura e lazer às quais eles têm acesso? As dimensões 1 (Horizontal) e 2 (vertical), que organizam o gráfico, apenas distinguem práticas eruditas(esquerda) e populares(direita), além do grau de

formalização das atividades (em cima é maior formalização, em baixo menor formalização institucional) e não explicam desigualdades de acesso.

As atividades classificadas no fator mais relacionado ao conceito de cultura associado à arte e ao erudito apresentam maior hábito entre os residentes na Zona Sul (museus, teatro, feiras de artes, bibliotecas, concertos de música clássica, espetáculos de dança). Fazendo uma leitura separada da Barra (Região Oeste, AP4), nota-se maior proximidade com cinema e livros. Interessante notar que, praia está mais associada a ambas, Zona Sul e à Área Administrativa da Barra. Para as outras regiões há maior realização de atividades como por exemplo ir a shoppings, jogar videogames, ir a quadras de escola de samba ou Sambódromo, baladas, sair para beber. (Datafolha, 2013, p.10)

Analisando esta citação assim como o gráfico e todas as informações disponibilizadas neste artigo até o momento, fica nítido que a população da Zona Oeste não apenas preferem estas atividades, a população simplesmente não tem acesso a qualquer outro aparato cultural de qualidade em suas vidas, só podemos gostar de algo se minimamente tivermos acesso a ele, não é que a população não goste de arte erudita, ou de samba como a Zona Norte, ela simplesmente por questão de renda e acesso, são incapazes de usufruir de tal cultura.

Até algo mais simples como cinema, é de difícil acesso para a maioria dos moradores da zona oeste, se observarmos os 8 bairros (Santa Cruz, Campo Grande, Sepetiba, Guaratiba, Cosmos, Inhoaiba, Paciência e Pedra de Guaratiba) delineados especificamente por serem mais longe do centro na relação centro-periferia, somos capazes de observar que há apenas 2 cinemas aos quais a população desses bairros tem acesso, ambos localizados no bairro de Campo Grande e dentro de shoppings, sendo eles o Park shopping e o West Shopping. Ou seja, até para algo tão simples como ir ao cinema é quase um privilégio. E isto não é apenas no caso dos cinemas, como fica evidenciado na fala de Ruth, jovem militante cultural da Zona Oeste entrevistada por Gomes:

A gente não vê muito coisas culturais no local; só tem uma biblioteca e um espaço que tem exposições, mas não é um espaço, tem algumas imagens. Aqui não se tem uma intervenção cultural, tem que ir pro Centro; se quer ir para uma exposição legal, tem que ir pro Centro. Não tem nenhuma atração cultural por aqui. Essa é uma estratégia, eu penso, de as pessoas quererem se fechar por aqui. As crianças já vão crescendo com o pensamento de que cultura é chato, porque não se tem esse investimento cultural. (...) O transporte daqui, eles não têm interesse de colocar o transporte daqui pra lugares onde você teria um acesso a atividades culturais, que o sistema, o governo, quer que a gente tenha aqui, é o que eles oferecem pra gente aqui. Então, para você ir pra lá, pra ter acesso a isso tudo, você tem que passar por esse processo de duas horas até chegar lá. (Ruth). (Gomes, 2020, p.64)

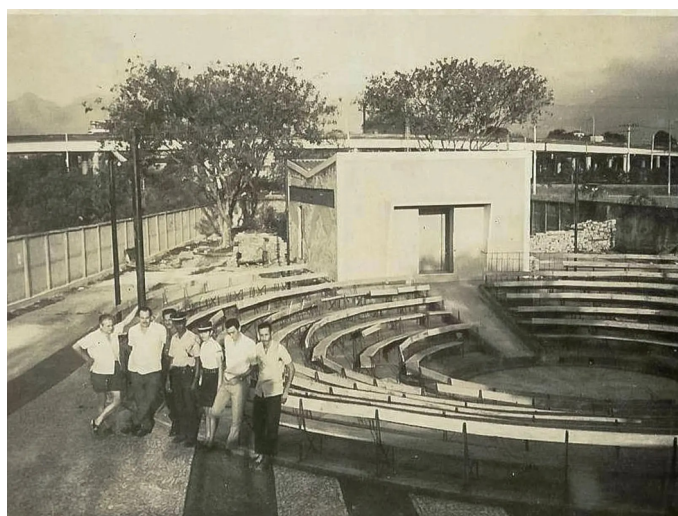
Diante das desigualdades urbanas e da histórica concentração de equipamentos culturais nas áreas centrais, torna-se essencial analisar como essas dinâmicas influenciam as políticas culturais ao longo dos anos. Entre elas, destaca-se o programa das Lonas Culturais,

criado para descentralizar a oferta e ampliar o acesso das populações periféricas, sobretudo na Zona Oeste. Compreendido esse contexto socioespacial e seus desafios, torna-se possível avançar para a análise do modelo administrativo, do funcionamento e dos problemas de gestão das Lonas no município.

3- HISTÓRIA DAS LONAS CULTURAIS

As Lonas Culturais são importantes para descentralizar o acesso à cultura no Rio de Janeiro, especialmente na Zona Oeste, tendo origem no Teatro Rural do Estudante (1952), que deu origem ao Teatro de Arena Elza Osborne (1958). Esse espaço simboliza a resistência cultural em uma área marcada pelo estigma de “zona rural” e pela falta de investimentos, evidenciando, como relatou Regina Pierini (2006), a necessidade de criar “um espaço que acolhesse nossos amigos e artistas da Zona Oeste”.

Imagem 2: Antigo Teatro de Arena de Campo Grande e A Lona Cultural Elza Osborne



Fonte: Museu de Campo Grande. Lona Elza Osborne (2026)



Fonte: O Dia – Teatro de Arena Elza Osborne (2026)

Ao longo do tempo, dificuldades estruturais como o fato de a arena ser originalmente ao ar livre e o contexto político da ditadura militar reforçaram a necessidade de proteger e manter as atividades culturais na região. A utilização de lonas como cobertura consolidou-se após a Eco-92, quando estruturas foram reaproveitadas para esse fim. Assim, surgiram as Lonas Culturais como:

Resultado da demanda por atividades de cunho artístico-cultural em regiões onde ações nesse quesito são escassas, em contraposição a outras áreas, como o Centro e a Zona Sul, que se tornaram privilegiadas ao longo da história da cidade e recebem muito mais investimento, tanto nesse campo quanto em outros. Essa realidade,

possivelmente vista de forma natural por muitos, é fruto de uma construção histórica, na qual a marginalização se tornou método de limpeza. A princípio ocorrida no velho Rio de Janeiro, em proporções menores, e em seguida a nível municipal, no qual a população é “varrida” no sentido Centro-Oeste. (Silva, 2014, p. 22-23)

As Lonas Culturais consolidaram-se como polos de produção e difusão cultural no Rio de Janeiro. Criadas na década de 1990 com o objetivo de descentralizar o acesso à cultura, tornaram-se uma política pública ao serem incorporadas de forma permanente à estrutura e ao orçamento da Secretaria Municipal de Cultura (SMC-RJ), especialmente a partir dos anos 2000. Ao todo, foram implantadas 10 unidades, majoritariamente em áreas periféricas, cujos nomes, em geral, homenageiam artistas ou referências culturais locais. Esses espaços realizam atividades como apresentações musicais, teatrais e oficinas, funcionando sob modelo de gestão compartilhada entre a SMC-RJ e organizações da sociedade civil.

A partir de 2012, diante da necessidade de requalificação estrutural, foram criadas as Arenas Cariocas, equipamentos permanentes de médio porte, com infraestrutura moderna e maior capacidade de público, concebidos para substituir as antigas Lonas. Foram inauguradas quatro unidades neste modelo. Como o projeto não foi totalmente executado, adotou-se alternativa intermediária: 3 em 2012 e o resto a partir de 2021 (houve um período de estagnação do projeto entre 2013 a 2020), se transformaram de Lonas culturais em Areninhas Cariocas, que consistem na reforma e modernização das estruturas originais, sem reconstrução integral. Apesar das mudanças físicas e de nomenclatura, a proposta central permaneceu a mesma: ampliar e democratizar o acesso à cultura nas periferias, mantendo o modelo de gestão compartilhada entre poder público e sociedade civil.

4- MODELO ADMINISTRATIVO, LEIS E PROBLEMAS DE GESTÃO

O modelo administrativo das Lonas Culturais no município do Rio de Janeiro baseia-se na parceria entre o poder público e as Organizações Sociais (OS)¹, consolidada após a Lei nº 9.637/1998. Essa legislação permitiu a transferência da execução de atividades não exclusivas do Estado. No campo da cultura, possibilitou que entidades privadas sem fins lucrativos, como OS e ONGs, assumissem a gestão de equipamentos culturais por meio de contratos de gestão com metas e indicadores de desempenho.

No âmbito municipal, a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) do Rio de Janeiro

¹ Parecido com uma ONG, em si, o trabalho dessas duas formas de organizações da sociedade civil são muito parecidas, de fato tanto ONG e OS trabalham com Lonas Culturais.

aderiu a esse modelo introduzido no contexto das reformas administrativas dos anos 1990, buscando garantir maior eficiência e flexibilidade na gestão dos espaços culturais, como as Lonas, Arenas e Areninhas. Como afirmado por Silva (2019, p. 1) "as organizações sociais surgiram com a justificativa de otimização dos processos de gestão e de melhorar o desempenho do setor público o modelo de Organizações Sociais (OS)". A firmação dos contratos com organizações não governamentais que surgiram naquela época, como uma alternativa a ser adotada na administração pública decorrente da introdução da perspectiva gerencialista como lógica orientadora para as ações do Estado (Silva 2019), e devem seguir de maneira rigorosa as diretrizes que constam na Lei nº 9.637/1998, que definiu metas e indicadores de desempenho rigorosos a serem cumpridos.

Apesar das vantagens teóricas propostas, a implementação desse modelo apresentou diversas fragilidades. Entre os principais problemas de gestão, estão a falta de fiscalização adequada por parte do poder público e a carência de transparência nos contratos de gestão. Como ressaltado por Silva (2019, p. 2), "a administração de políticas culturais feitas por instituições sem fins lucrativos têm as suas dificuldades, como a falta de órgãos fiscalizadores, a pouca transparência nos contratos, a contratação de mão de obra terceirizada, e o não preenchimento de cargos públicos." Como explicado nestas citações, a ausência de uma fiscalização sistemática e eficaz comprometeu a execução adequada dos serviços e abriu margem para desvios de finalidade, prejudicando o objetivo de democratização do acesso à cultura. Portanto, a transparência e a padronização das informações orçamentárias são essenciais para uma compreensão clara do investimento público em cultura (Friques, 2023).

Embora o Decreto nº 9.190/2017, no âmbito federal, regulamente a forma como a administração pública pode firmar contratos de gestão com Organizações Sociais estabelecendo metas, fiscalização e controle, ele funciona apenas como referência para os municípios. Isso ocorre porque, apesar de complementar a Lei nº 9.637/1998, não obriga diretamente sua aplicação no âmbito municipal. Assim, a prefeitura do Rio de Janeiro, como outros municípios, possui autonomia para regulamentar suas próprias parcerias com OS, desde que respeite a legislação geral.

Recentemente, o novo marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura, estabelecido pela Lei nº 14.835/2024, (Lei que estabelece o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), com o objetivo de garantir os direitos culturais e promover a gestão conjunta das políticas públicas de cultura entre os entes federativos) política que reforçou a importância da transparência, da participação social e da descentralização como princípios para a gestão cultural em todas as esferas federativas. Apesar desses avanços legais, ainda persistem

desafios práticos para a plena democratização do acesso à cultura, principalmente nas áreas periféricas do Rio de Janeiro, onde o sucateamento das Lonas Culturais que ocorreu até o final de 2022, devido a falta de verbas e fiscalização mais rigorosa do estado sobre as Organizações sociais que administravam essas Lonas Culturais (Principalmente a de Santa Cruz que virou lixão a céu aberto entre 2017 a 2022) simboliza uma urgência de políticas públicas mais estruturadas e fiscalizadas.

Assim, o modelo de gestão das Lonas Culturais (e as atuais arenas/areninhas) exemplifica tanto os avanços quanto os riscos da adoção de práticas gerenciais no setor público cultural.

5- LONAS/ARENAS/ARENINHAS CULTURAIS, SITUAÇÃO ATUAL

A situação das Lonas e Arenas culturais começou a ser depreciada com o término do segundo mandato de Eduardo Paes, no qual o Rio de Janeiro iniciou um novo ciclo político com a eleição de Marcelo Crivella à prefeitura, em 2017. Com uma trajetória ligada à Igreja Universal do Reino de Deus, da qual é bispo, Crivella assumiu a gestão com uma plataforma declaradamente conservadora e religiosa, o que gerou atritos desde o início de seu mandato com diversos setores da sociedade, especialmente com a área cultural. Em si, a política cultural foi um dos grandes fracassos da gestão Crivella, e apesar da nomeação de integrantes do mundo do samba e da cultura popular, na prática as ações de mudança voltadas para esse setor eram escassas ou inexistentes. Isto pode ser observado em uma citação da dissertação de Suzano (2021). Onde ela pergunta a Vagner Fernandes, ex chefe de gabinete de Nilcemar Nogueira (Secretária Municipal de Cultura do Rio de Janeiro entre 2017 e 2019), se existia dificuldade na realização de projetos culturais nas Zonas Norte e Oeste, e ele responde:

Na verdade, a gente tinha dificuldade de realizar projeto em qualquer área, em qualquer região. [...] Não havia uma política definida, uma política concreta para a cultura do Rio Janeiro, todas as propostas que nós tentamos de alguma forma pôr em prática foram hostilizadas, nada que se fizesse com intuito de promover uma integração territorial e diálogo entre os produtores de cultura, eu não gosto muito da palavra “fazedor de cultura” mas também é isso. Os fazedores de cultura, os trabalhadores do setor, nada que a gente propusesse era bem acolhido. Havia um certo desmerecimento de quem trabalhasse com arte, com cultura. E isso era justificado sempre com a falta de orçamento. (Suzano, 2021, p.53)

E esta situação, que já era crítica para a cultura na cidade do Rio de Janeiro, agravou-se ainda mais com o início do governo de Jair Messias Bolsonaro, em 2019. Nesse período, observou-se um desmonte sistemático das políticas culturais em nível nacional, iniciado com o fechamento do Ministério da Cultura, cujas funções foram fragmentadas e

transferidas sucessivamente para diferentes pastas, Ministério da Cidadania, Ministério da Educação e, posteriormente, Ministério do Turismo caracterizando um claro rebaixamento institucional da cultura e a perda de capacidade do Estado em promover políticas públicas estruturadas para o setor (Suzano, 2021). A descontinuidade administrativa, somada aos cortes orçamentários e ao uso recorrente de narrativas de desinformação contra artistas e mecanismos de fomento, aprofundou a instabilidade das instituições culturais e fragilização do financiamento público.

No plano municipal, a coincidência dos governos de Marcelo Crivella e Jair Bolsonaro agravou ainda mais o cenário cultural. Ambos compartilhavam uma agenda política e religiosa conservadora que afetou diretamente a produção cultural e os equipamentos da cidade. Assim, a precarização das políticas culturais se ampliou por toda a cidade, alcançando projetos, editais e diferentes manifestações. A afinidade ideológica entre os dois, marcada por moralismo religioso, tentativas de censura e distanciamento das pautas culturais resultou em maior negligência com o setor, com cortes, hostilização de agentes culturais e ausência de políticas capazes de garantir continuidade e acesso.

Tabela 3: Despesas pagas às Lonas Culturais do Rio de Janeiro de 2012 a 2021, reajustadas de acordo com a inflação

Ano	Projeto	Despesa Paga (em R\$)	Valor reajustado (em R\$) de acordo com a inflação (IPCA - Dez/2021)
2012	Implantação ou reforma de Lonas Culturais	9.335.652,88	16.785.869,93
	Gestão das Lonas Culturais		
2013	Gestão das Lonas Culturais	5.578.333,33	9.476.752,86
2014	Gestão das Lonas Culturais e Arenas Cariocas	5.344.166,66	8.572.259,64
2015	Gestão das Lonas Culturais e Arenas Cariocas	4.522.000,00	6.816.693,40
2016	Gestão das Lonas Culturais e Arenas Cariocas	5.975.000,00	8.138.405,40
2017	Gestão das Lonas Culturais e Arenas Cariocas	6.175.000,00	7.913.237,22
2018	Gestão das Lonas Culturais e Arenas Cariocas	4.674.447,44	5.818.781,26
2019	Gestão das Lonas Culturais e Arenas Cariocas	3.716.927,91	4.459.809,22
2020	Gestão das Lonas Culturais e Arenas Cariocas	2.970.143,80	3.416.643,74
2021	Gestão das Lonas Culturais e Arenas Cariocas	3.203.795,76	-

Fonte: Câmara, 2022, p.41

Pode-se observar que na tabela 3, entre 2012 e 2021, houve uma queda significativa nos gastos com Lonas Culturais. Embora 2012 tenha sido um ano atípico devido à implantação e reforma de equipamentos, a redução torna-se ainda mais evidente ao considerar a inflação de cerca de 79% no período, segundo o IPCA do IBGE. (Câmara, 2022).

Este corte nos gastos, fizeram que até mesmo os os gerenciadores de Lonas Culturais

chegassem a utilizar o dinheiro de seus próprios bolsos.

A gente já investiu muito aqui do nosso bolso, com nosso recurso, com a nossa vontade, mas a gente não previu. No plano de trabalho o valor que a gente recebe do repasse da prefeitura é para pagamento de pessoal, entendeu? [...] não tem esse valor para manutenção do espaço, o que também dada a situação da lona seria um valor absurdo, teria que ser uma coisa muito alta. Então assim, é muito difícil fazer as pessoas compreenderem isso, sabe? Que não é a gente que tem que pegar, fazer e resolver, que não tá ao nosso alcance, isso foge do que a gente pode fazer no momento. (Ana, equipe, Freguesia) (Câmara, 2022, p.43)

Com isso, é possível concluir que o abandono da Lona está relacionado à redução dos investimentos destinados ao projeto das Lonas Culturais em geral. E não foi só a equipe que percebeu este abandono, “Esta situação de abandono foi percebida também pelos artistas e frequentadores entrevistados, que frisam que, antes mesmo da pandemia, já vinham percebendo mudanças na Lona Cultural em diversos aspectos.” (Câmara, 2022, p.42).

Isto pode-ser visto nas falas de visitantes e artistas das Lonas/Areninhas culturais:

Antes de 2016 estava tendo muito evento, né? Tava tendo muitos shows, muitos outros tipos de eventos. Entre 2016 e 2020 isso aí praticamente caiu, caiu muito, vertiginosamente. Isso não sou só eu que tô falando, são vários colegas meus que se apresentavam nas lonas [...] Então muitas lonas ficaram abandonadas, algumas com teto furado, mal-conservadas e tudo mais, enfim. (Antônio, visitante, Tijuca)

Cara, eu acho que no início, nessa época que eu ia mais, tinha realmente mais eventos e talvez tinha um maior cuidado melhor com a Lona, sabe? Eu acho que de uns tempos para cá, mais recentes – porque eu também não fui lá desde a pandemia, né? Mas eu tenho a impressão até um pouquinho antes, assim, que ela tava um pouquinho mais abandonada, sabe? (Milena, artista/visitante, Pechincha) (Câmara, 2022, p.42)

Em casos mais extremos desta precarização tivemos Lonas sendo fechadas (mesmo que temporariamente). O caso da Lona de Santa Cruz foi um dos mais graves, sendo que, segundo o planejamento das Lonas como aparatos de descentralização das oportunidades culturais, ela deveria ser uma das mais importantes, por estar entre as mais distantes na relação centro-periferia na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, no final de 2017 ou início de 2018, o espaço encontrava-se completamente abandonado e destruído, servindo de lixão e até como parquinho improvisado para crianças próximas ao entulho (Garcia, 2020). Reportagens também apontavam problemas semelhantes em outras Lonas, como corte de energia elétrica, furtos de equipamentos e dificuldades de gestão, o que comprometia a realização das atividades culturais.

Esse cenário evidencia não apenas problemas pontuais de gestão, mas também a fragilidade estrutural das políticas de descentralização cultural quando não acompanhadas de financiamento contínuo e planejamento de longo prazo. A interrupção das atividades e a

deterioração desses equipamentos demonstram como conquistas institucionais podem ser rapidamente desestruturadas diante de crises administrativas e mudanças de prioridade governamental.

Imagem 3: A Lona Cultural de Santa Cruz. Sucateada em 2018 e reformada em 2022



Lona Cultural Sandra de Sá - Santa Cruz



Prefeitura inaugura Areninha Sandra Sá, em Santa Cruz - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

O secretário de Cultura, Marcus Faustini, a secretária de Infraestrutura, Jessick Trairi, e o presidente da Rio-Urbe, Rafael Salgueiro, participaram, [...]

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / 18 de nov. de 2022

Fonte: SIRI, William., Relatório, Rio de Janeiro (2021)

Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (2022)

Atualmente, especialmente a partir do final de 2022, já durante o mandato de Eduardo Paes (iniciado em 2021), as Lonas e Areninhas passaram por uma nova etapa de revitalização. A iniciativa integra o programa Cultura do Amanhã, dentro do plano Viva a Cultura Carioca (Gestão da Cultura Carioca, 2025), que destinou mais de R\$75 milhões para modernizar cerca de 20 equipamentos culturais do município. Nesse processo, foi concluída a transformação das Lonas restantes em Areninhas, iniciada em 2012 e continuada em 2020. A Areninha Cultural Sandra de Sá, em Santa Cruz, foi a primeira a ser reinaugurada neste novo ciclo, seguida pela antiga Lona Jacob do Bandolim. As demais unidades já haviam passado por reformas anteriores.

Mesmo com esse novo ciclo de investimentos, os dados evidenciam que o impacto territorial dessas iniciativas foi menor do que o esperado. Conforme a análise da Seção 2 (p. 13), baseada em Dantas (2018) e dados da SMC-RJ (2024), o aumento da oferta cultural na antiga Zona Oeste foi pequeno, sem alterar o padrão de concentração territorial. Mesmo nos

períodos de maior investimento, essa lógica centro-periferia se manteve, com maior concentração no Centro e na Zona Sul. Em última análise, o projeto das Lonas e Arenas, apesar de sua importância simbólica, mostrou-se vulnerável às mudanças de governo e é insuficiente para enfrentar a desigualdade estrutural na distribuição da cultura no RJ.

6- CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, ficou evidente que as Lonas Culturais, criadas nos anos 1990 para descentralizar a política cultural do Rio de Janeiro, representaram um avanço no acesso à cultura nas periferias, especialmente na Zona Oeste e em parte da Zona Norte. Esses equipamentos buscaram enfrentar a concentração de investimentos no eixo Centro–Zona Sul e, posteriormente, foram transformados em Arenas e Areninhas Cariocas, com o objetivo de modernizar a infraestrutura e consolidá-los na política municipal de cultura.

Ao comparar os dados de Dantas (2018) com informações atualizadas até 2024, observa-se que o impacto territorial dessas iniciativas ainda é limitado. Houve avanços, como reformas e novos investimentos, especialmente a partir de 2022, mas a distribuição dos aparatos culturais continua reproduzindo a lógica centro-periferia. Mesmo com o aumento da oferta cultural na antiga Zona Oeste, o padrão de concentração territorial pouco se alterou.

Isso revela uma contradição: embora sejam importantes para a democratização cultural e valorização local, as Lonas, Arenas e Areninhas permanecem inseridas em uma estrutura urbana desigual. Nesse sentido, Leonardo (2019) destaca que a organização socioespacial do Rio de Janeiro estrutura hierarquias no campo artístico, concentrando legitimidade, visibilidade e investimentos nas áreas mais valorizadas da cidade, enquanto as regiões periféricas ocupam posição secundária no sistema de reconhecimento cultural. Além disso, esses equipamentos mostram-se vulneráveis a mudanças de gestão e cortes orçamentários. Assim, apesar de ampliarem o acesso, não foram capazes de romper a lógica estrutural de concentração cultural.

A discussão reforça que a cultura vai além de um direito social previsto na Constituição, constituindo elemento central na construção do direito à cidade. As desigualdades territoriais no acesso aos bens culturais demonstram que a desigualdade urbana não se limita à moradia, ao transporte ou à infraestrutura, manifestando-se também no campo simbólico e cultural. Pensar políticas culturais exige considerar sua dimensão espacial e sua capacidade de reconfigurar padrões históricos de exclusão. Assim, afirma Henri Lefebvre:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade,

à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (a atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (Lefebvre, 2001, p. 134.)

Para avançar, é necessário investir em políticas públicas que promovam a inclusão social e uma distribuição mais equitativa de recursos, garantindo o direito à cidade independentemente da localização ou classe social. Isso envolve não apenas criar ou revitalizar equipamentos culturais, mas também formular políticas de longo prazo, com planejamento territorial e financiamento contínuo.

Nesse contexto, as Lonas Culturais e suas transformações em Arenas e Areninhas representam experiências relevantes, mas evidenciam os limites da descentralização quando não acompanhada de mudanças estruturais no espaço urbano. O desafio, portanto, é avançar para uma redistribuição efetiva das oportunidades culturais, consolidando a cultura como instrumento de justiça espacial e fortalecimento da cidadania.

7- REFERÊNCIAS

BASSAN, Dilani Silveira; LUZ, Maurício Wamms da. **Do interiorano ao globalizado: breves apontamentos sobre o espaço urbano**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Taquara, 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017. **Regulamenta a Lei nº 9.637, de 1998**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9190.htm. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. **Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.835, de 4 de abril de 2024. Institui o Sistema Nacional de Cultura**. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 5 abr. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14835.htm. Acesso em: 28 abr. 2025.

CÂMARA, Beatriz de Abreu Bogéa. **A influência da Lona Cultural Jacob do Bandolim sobre o acesso à cultura na região de Jacarepaguá**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática. S.A, 1989.

DANTAS, Daniele Cristina. **Indicadores e a análise da oferta cultural na Cidade do Rio de Janeiro**. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 11, p. 75–90, 2018.

DATARIO. **A democratização da cultura no município do Rio de Janeiro com a criação das lonas culturais.** Rio Estudos, Rio de Janeiro, n. 167, jun. 2005.

FRIQUES, Marcos S.; GONÇALVES, Rodrigo Oliveira. **Políticas culturais no município do Rio de Janeiro: uma análise orçamentária (2008–2020).** Cena, Porto Alegre, v. 23, n. 40, p. 1–16, 2023.

G1. **Zona Sudoeste do Rio: entenda o que muda com a nova delimitação.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/09/11/zona-sudoeste-do-rio-entenda-o-que-muda-com-a-nova-delimitacao.ghtml>

GARCIA, Rafael. **Lonas culturais da cidade do Rio sofrem com corte de luz, problemas de gestão e furto de equipamento.** O Globo, Rio de Janeiro, 4 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/lonas-culturais-da-cidade-do-rio-sofrem-com-corte-de-luz-problemas-de-gestao-furto-de-equipamento-24643268>.

GOMES, Simone. **A cultura como alternativa: uma aproximação a partir de sociabilidades militantes na Zona Oeste do Rio de Janeiro.** Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 57–76, jan./abr. 2020.

GOMES-RIBEIRO, Marcelo; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Segregação socioespacial e desigualdades de renda da classe popular na metrópole do Rio de Janeiro.** EURE, v. 47, n. 142, p. 27–48, 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA DATAFOLHA. **Hábitos culturais dos cariocas 2013: população residente na cidade do Rio de Janeiro com 12 anos ou mais.** São Paulo: Datafolha, 2013.

LEONARDO, Beatriz Nunes. **Subúrbio em perspectiva: um olhar sobre as relações entre arte e classe no município do Rio de Janeiro.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Belas Artes) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. (Obra original publicada em 1968).

MIRANDA, André Luiz de Souza. **“Questão social” e cultura popular: a distribuição dos equipamentos culturais e os programas da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MUSEU DE CAMPO GRANDE. **Lona Cultural Elza Osborne.** Disponível em: <https://museudecampogrande.com.br/nosso-locais/lona-cultural-elza-osborne/>. Acesso em: 7 abr. 2026.

NEXO JORNAL. **Zona Oeste é a mais populosa da cidade do Rio de Janeiro.** 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2024/03/21/rio-de-janeiro-populacao-zona-oeste-zona-mais-pulosa>

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. **A política cultural e o espetáculo urbano: uma reflexão sobre o direito à cidade no Rio de Janeiro.** Niterói, 2004.

O DIA. **Atores e moradores de Campo Grande pedem ajuda para reformar Teatro de Arena Elza Osborne.** Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2026/03/7220809-atores-e-moradores-de-campo-grande-pedem-ajuda-para-reformar-teatro-de-arena-elza-osborne.html>. Acesso em: 7 abr. 2026.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Lonas Culturais viram Areninhas, com isolamento acústico, climatização e acessibilidade.** Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/lonas-culturais-vm-areninhas-com-isolamento-acustico-climatizacao-e-acessibilidade/>.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Município vai transformar suas seis lonas culturais em areninhas: espaços com mais infraestrutura.** Disponível em: <https://prefeitura.rio/cultura/municipio-vai-transformar-suas-seis-lonas-culturais-em-areninhas-espacos-com-mais-infraestrutura/>.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Instituto Pereira Passos. Lista de bairros e Áreas de Planejamento (APs).** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5148142/4145881/ListadeBairroseAPs_Mapas.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Dados do Censo Demográfico 2022 – município do Rio de Janeiro.** Data.Rio. Disponível em: https://www.data.rio/datasets/fd354740f1934bf5bf8e9b0e2b509aa9_2/about

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade.** Cidades, v. 4, n. 6, p. 73–88, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. **A gestão da cultura carioca: 2021–2024.** Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2025.

SILVA, Lívia Moraes. **Lonas Culturais Municipais Da Zona Oeste Do Rio de Janeiro: Desafios e Potencialidades.** UFRJ, Niterói, 2014.

SILVA, Rafaela Carvalho Nascimento. **Organizações sociais (OS): uma análise sobre as lonas culturais no município do Rio de Janeiro.** 2019. 128 p.

SIRI, William. **A Cultura na Zona Oeste: Um olhar sobre a diversidade cultural da Zona Oeste e seus desafios.** Relatório, Rio de Janeiro, 2021.

SUZANO, Débora da Silva. **Cidade emoldurada: as desigualdades e limitações do acesso à arte no Rio de Janeiro e às produções artísticas da Zona Oeste da cidade.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

SUZANO, Débora da Silva. **Coletivos no extremo da Zona Oeste do Rio: uma estratégia para driblar a desigualdade de acesso à arte na cidade polo cultural do Brasil.** Dossiê do XVII Seminário Discente do PPCIS, v. 11, n. 2, p. 1–14, 2020.

TEATRO DE ARENA ELZA OSBORNE. **O sonho, de Ely de Oliveira: sobre o Teatro Rural do Estudante.** Vídeo. YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XY2j16J7XsI>. Acesso em: 28 abr. 2025.